



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI N° 10371/2025

Ementa

Altera a Lei Municipal n° 8.362/2014, para estabelecer as novas configurações do Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania - CMSPC e do Fundo Municipal de Segurança Pública e Cidadania- FMSPC.

Data da Norma

25/08/2025

Data de Publicação

29/08/2025

Veículo de Publicação

IOM n.º 5682

Matéria Legislativa

[Projeto de Lei n° 14802/2025](#) - Autoria: Prefeito Municipal

Status de Vigência

Em vigor

Observações

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



LEI N.º 10.371, DE 25 DE AGOSTO DE 2025

Altera a Lei Municipal nº 8.362/2014, para estabelecer as novas configurações do Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania - CMSPC e do Fundo Municipal de Segurança Pública e Cidadania- FMSPC.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 19 de agosto de 2025, **PROMULGA** a seguinte Lei:-

Art. 1º. O Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania - CMSPC, e o Fundo Municipal de Segurança Pública e Cidadania - FMSPC, ambos criados pela Lei nº 8.362, de 18 de dezembro de 2014, considerando-se a Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passam a ser denominados Conselho Municipal de Segurança Pública - CMSP e Fundo Municipal de Segurança Pública - FMSP, respectivamente, e regidos pela presente Lei.

Capítulo I

Do Conselho Municipal de Segurança Pública - CMSP

Art. 2º. O CMSP é um órgão colegiado de participação popular, de natureza opinativa, consultiva e de assessoramento na propositura de ações de políticas públicas, tendo por finalidade discutir, analisar, planejar e acompanhar a solução dos problemas de segurança no Município de Jundiaí, ao qual compete:

I - propor medidas e atividades que visem promover a segurança da população, mediante a sugestão junto aos órgãos responsáveis de ações julgadas prioritárias no Município;

II - desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à segurança pública;

III - propor a realização de campanhas que estimulem a participação da sociedade em projetos que visem a melhoria da segurança pública no Município;

IV - receber sugestões oriundas da sociedade avaliando a oportunidade e conveniência de serem encaminhadas ao Poder competente;

V - apoiar ações desenvolvidas por órgãos governamentais e não governamentais, concernentes à segurança e dentro do âmbito de competência do Município entabular tratativas com organizações e instituições afins, visando a implantação de uma política





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – SP
(Lei nº 10.371/2025 – fls. 2)

conjunta para ações comunitárias de segurança e de cidadania, inclusive avaliando os resultados;

VI - convidar representantes e técnicos que atuam na área de segurança pública, bem como especialista com notório saber na área em questão, quando julgar necessário, para discutir questões relativas à segurança, democratizando as decisões e as informações sobre políticas públicas;

VII - constituir grupos técnicos e comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário, para o pleno desenvolvimento de suas funções;

VIII - elaborar regimento interno do Conselho, estabelecendo as normas para o seu funcionamento.

Art. 3º. O CMSP será composto por 20 (vinte) membros titulares e igual número de suplentes, correspondendo a um representante e respectivo suplente de cada órgão abaixo discriminado:

I - representantes do Poder Público:

- a) Gabinete do Prefeito;
- b) Unidade de Gestão de Segurança Municipal - UGSM;
- c) Unidade de Governo e Finanças - UGGF;
- d) Unidade de Gestão da Casa Civil - UGCC;
- e) Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social - UGADS;
- f) Unidade de Gestão de Mobilidade e Transporte - UGMT;
- g) Unidade de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos - UGISP;
- h) Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente - UGPUMA;
- i) Fundação Municipal de Ação Social - FUMAS;
- j) Unidade de Gestão de Promoção da Saúde - UGPS.

II – representantes da sociedade civil:

- a) Conselho da Cidade de Jundiaí;
- b) Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
- c) Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa;
- d) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- e) Conselho Municipal da Juventude;
- f) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
- g) Conselho Municipal de Políticas Antidrogas;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – SP
(Lei nº 10.371/2025 – fls. 3)

- h) Conselho Comunitário de Segurança – Barão de Jundiahy;
- i) Conselho Comunitário de Segurança – Leste;
- j) Conselho Comunitário de Segurança – Japy.

Parágrafo único. O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 4º. Serão convidados a participar do CMSP um representante dos seguintes órgãos/entidades, cuja indicação será encaminhada à UGSM:

- I – Poder Judiciário Federal;
- II – Poder Judiciário Estadual;
- III – Ministério Público Federal;
- IV – Ministério Público Estadual;
- V – Delegacia da Receita Federal - Jundiaí;
- VI – 33ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP - Jundiaí;
- VII – 12º Grupo de Artilharia de Campanha - GAC;
- VIII – Delegacia Seccional de Polícia de Jundiaí;
- IX – Centro de Detenção Provisória de Jundiaí;
- X – 11º Batalhão da Polícia Militar do Estado;
- XI – 49º Batalhão da Polícia Militar do Estado;
- XII – 4º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária do Estado;
- XIII – 19º Batalhão de Corpo de Bombeiros Militar do Estado;
- XIV – Departamento Estadual de Trânsito - Jundiaí;
- XV – Associação dos Vigias Autônomos de Jundiaí e Região.

Art. 5º. As atividades do CMSP serão coordenadas por uma Comissão Executiva composta por 03 (três) membros, denominados Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho, eleitos pelos seus pares, consoante disposições do Regimento Interno.

§ 1º. O mandato da Comissão Executiva será de 01 (um) ano.

§ 2º. Será permitida uma única recondução, após eleição, dos membros da Comissão Executiva.

Art. 6º. Os conselheiros serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e não receberão remuneração pelas suas atividades, sendo a função exercida considerada de relevante interesse público.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – SP
(Lei nº 10.371/2025 – fls. 4)

Art. 7º. O CMSP reunir-se-á mensalmente, de forma ordinária, e extraordinariamente, a qualquer tempo.

§ 1º. As reuniões terão primeira convocação, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias para as reuniões ordinárias e 72 (setenta e duas) horas para as extraordinárias.

§ 2º. As reuniões serão instaladas em primeira convocação, com a presença de metade mais um de seus membros titulares e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número de membros.

§ 3º. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples dos presentes, exercendo o Presidente do Conselho o direito de voto no caso de empate das votações propostas, restando os assuntos e deliberações registrados em ata.

Art. 8º. Os conselheiros que faltarem a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, sem justificativa, serão excluídos e substituídos pelos seus respectivos suplentes, até o final do mandato.

Parágrafo único. No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, assumirá o suplente correspondente ao titular representado no Conselho.

Art. 9º. O Município de Jundiaí deverá fornecer ao Conselho os meios necessários para o seu funcionamento, por intermédio da Unidade de Gestão Segurança Municipal - UGSM.

Capítulo II

Do Fundo Municipal de Segurança Pública - FMSP

Art. 10. O FMSP, vinculado à Unidade de Gestão de Segurança Municipal - UGSM, de natureza contábil, desprovido de personalidade jurídica, com vigência indeterminada, destinado a promover condições financeiras de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de segurança pública no âmbito do Município de Jundiaí.

Art. 11. O FMSP assegurará meios para expansão e aperfeiçoamento das ações de Segurança Pública, adequação, modernização, aquisição e manutenção de equipamentos e





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – SP
(Lei nº 10.371/2025 – fls. 5)

infraestrutura, bem como a formação, qualificação e aprimoramento dos integrantes da Secretaria Municipal de Segurança Pública, compreendendo:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos, eventos, pesquisas estatísticas e materiais de orientação e conscientização, visando à proteção e defesa dos cidadãos e do patrimônio municipal;

II - aquisição de material permanente, de consumo e contratação de outros serviços de terceiros, necessários à manutenção dos serviços prestados pela Unidade de Gestão de Segurança Municipal;

III - desenvolvimento da capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos alocados na Unidade de Gestão de Segurança Municipal, visando a capacitação e especialização dos servidores;

IV - modernização administrativa da Unidade de Gestão de Segurança Municipal, objetivando a melhoria dos serviços prestados aos munícipes;

V - quaisquer providências ou atividades para atendimento ou melhoria dos serviços relacionados à segurança pública e custos com sua própria administração.

Art. 12. Constituem-se em receitas do FMSP:

I – doações, contribuições e transferências de pessoas físicas e jurídicas ao Fundo;

II – repasses de acordos, contratos, consórcios, termos de compromissos, inclusões de programas de segurança pública ou convênios entre o Município e Órgãos Públicos e/ou Privados nacionais e internacionais;

III – repasses de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) e similares;

IV – valores provenientes de multas, oriundas de infrações que sejam legalmente destinadas ao Fundo;

V – transferências de recursos financeiros do Fundo Nacional e Estadual de Segurança Pública;

VI – recursos provenientes de leilões de bens inservíveis da Unidade de Gestão de Segurança Municipal-UGSM;

VII – rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras;

VIII – outros recursos que vierem a ser regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 13. O FMSP fica vinculado diretamente à Unidade de Gestão de Segurança Municipal - UGSM, que fará sua gestão administrativa, com o objetivo de promover





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – SP
(Lei nº 10.371/2025 – fls. 6)

condições financeiras de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de segurança pública no âmbito do Município de Jundiaí.

Parágrafo único. A Unidade de Gestão de Governo e Finanças - UGGF fará a gestão contábil do FMSP, competindo-lhe publicar, para fins de prestação de contas, os demonstrativos contábeis do recebimento e aplicação dos recursos.

Capítulo III
Disposições finais

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GUSTAVO
MARTINELLI:356
12189893

Assinado de forma digital
por GUSTAVO
MARTINELLI:35612189893
Dados: 2025.08.27 17:45:49
-03'00'

Assinada digitalmente

GUSTAVO MARTINELLI

Prefeito Municipal

Registrada na Unidade de Gestão da Casa Civil do Município de Jundiaí, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, e publicada na Imprensa Oficial do Município.

FABIO NADAL
PEDRO:14260
004808

Assinado de forma
digital por FABIO NADAL
PEDRO:14260004808
Dados: 2025.08.27
15:55:34 -03'00'

Assinada digitalmente

FÁBIO NADAL PEDRO

Secretário Municipal da Casa Civil

scc.1

